

**ACÓRDÃO Nº 2261/2009 - TCU - 2ª Câmara**

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Marcelo Cruz (CPF 316.297.171-34), Sérgio Luiz Barbosa (CPF 462.823.946-00) e Simone Márcia Borges (CPF 319.390.401-59), dando-se-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443/92, e regulares as contas dos demais responsáveis, dando-se-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 17, e 23, inciso I da citada lei, sem prejuízo das determinações relacionadas a seguir.

**1. Processo TC-017.426/2008-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2007)**

1.1. Responsáveis: Abdon Tavares Reis (212.523.941-87); Amantino Soares de Oliveira (351.543.811-49); Ana Soares dos Santos Oliveira (124.987.853-53); Antônio Perez Puente (112.755.881-15); Brígida Alves Barboza Oliveira (308.390.501-78); Clodoaldo Carvalho da Silva (028.854.092-15); Elizane Velozo Costa (524.514.701-78); Heloiza Laurentino de Lima Souza (296.552.261-15); Jose Carlos Gomes Costa (263.982.227-68); João Cláudio Lima de Franco (097.225.566-49); Lourdes Darques Silva (226.451.101-00); Luiz Claudio Soares de Carvalho (291.328.601-10); Marcelo Cruz (316.297.171-34); Margarida Silva Oliveira de Figueredo (144.070.005-20); Maria Grigoria de Medeiros Neta (143.850.231-15); Maria Ines de Mello Espinola Dias (779.677.127-49); Maria Simonia Tavares (059.598.881-49); Maria de Fátima Lopes Costa (146.030.551-53); Max Lopes Bezerra (512.745.825-04); Nelson José Hubner Moreira (443.875.207-87); Onilde Aparecida Batista (339.881.881-15); Raquel da Silva Guirra (538.327.441-34); Renato de Sousa Alves (120.986.711-72); Ricardo de Gusmao Dornelles (221.173.181-34); Sergio Luiz Barbosa (462.823.946-00); Severino Barbosa dos Santos (258.353.191-34); Simone Marcia Borges (319.390.401-59); Symone Christine de Santana Araujo (358.921.965-34); Vivaldo Belarmino Valenca (247.689.871-68)

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Executiva - MME

1.3. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-1)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1. à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia é SE/MME, que:

1.5.1.1. ultime as providências com vistas a solucionar as pendências contábeis apontadas na Declaração do Contador Responsável pelas contas, emitida em atendimento ao Anexo III da Decisão Normativa TCU nº 88/2007;

1.5.1.2. se abstenha de fazer liquidações, pagamentos, apostilamentos ou aditamentos em contratos cuja vigência já tenha expirado (itens 2.2.2.2 e 2.2.4.1 do Relatório de Auditoria nº 208723/SE/MME);

1.5.1.3. nas contratações de consultoria em projetos de cooperação internacionais, não publique Termo de Referência que contenha exigências de qualificações profissionais que restrinjam a competição (item 2.2.2.3 do Relatório de Auditoria nº 208723/SE/MME);

1.5.1.4. observe as recomendações tecidas nos itens 2.1.1.1, 2.1.2.1, 2.1.3.1 e 2.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208723/SE/MME.

1.5.2. à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério de Minas e Energia é CGRH/ MME, que:

1.5.2.1. estabeleça uma política de cadastramento de servidores aposentados e pensionistas, de modo a prevenir a ocorrência de pagamentos indevidos (item 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 208731/CGRH/MME);

1.5.2.2. envide esforços no sentido de obter a Certidão de Óbito da servidora Alide Berg Ribeiro, adotando as devidas providências para ressarcir o Erário no caso de pagamentos indevidos (item 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 208731/CGRH/MME).

1.5.3. à Coordenação-Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia é CGCC/MME, que se abstenha de realizar contratações sem a devida formalização contratual nos casos vetados pela Lei nº 8.666/93 e pelas orientações básicas do Tribunal de Contas da União para licitações e contratos (item 1.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208732/CGCC/MME).

1.5.4. à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério de Minas e Energia é CGTI/MME, que observe as recomendações tecidas nos itens 1.1.1.1, 2.1.1.1 e 3.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 208727/CGTI/MME.

1.5.5. à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia é CGRL/MME, que observe as recomendações tecidas nos itens 1.1.1.1 e 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 208730/CGRL/MME.